

ASSUNTO: fornecimento de alimentos aos prê-
sos de Piracicaba - falta de paga-
mento, aos fornecedores.

O SR. SALGOT CASTILLON — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, cada vez me convengo mais de que poucos são os setores do governo que escapam, excepcionalmente, do regime de bagunça administrativa que o atual governador implantou em São Paulo. Mesmo os homens decentes, capazes e dedicados (e os há em bom número), que ocupam postos de relevo não tem meios de escapar da desordem que emana de cima, atingindo a todos e criando um clima de anarquia castrófico para os negócios públicos do Estado e para a população em geral.

Há pouco, em entrevista, o Sr. Adhemar de Barros, comentando a impugnação pelo S.T.E. do Sr. Sebastião de Almeida, disse, a respeito da "caixinha", que até agora ninguém tinha visto a côr do dinheiro dele. Que êle é pão duro quanto êle disse ser o Sr. Sebastião de Almeida, todos nós sabemos. O dinheiro lhe pertence e não nos interessa saber. O que precisamos conhecer, Sr. Presidente, isto sim, é o que êle faz com o dinheiro do povo, com o dinheiro dos impostos pagos, já que nem as mínimas obrigações que o Estado assume são resgatadas pontualmente, havendo atrasos até de ano.

É o caso, por exemplo, do fornecimento de alimentos para os presos. Um serviço de rotina transformado pelo atual governo em angustiante problema, que está ocasionando sérias dificuldades às autoridades policiais e judiciárias do interior, que, de uma hora para outra, poderão se ver à frente de um doloroso e desumano fato consumado, de consequências imprevisíveis, o de não poderem alimentar os milhares de detentos e reclusos existentes nas centenas de cadeias do interior. E isso por que? Simplesmente porque o Sr. Adhemar de Barros nega-se a pagar, desde janeiro, as pessoas que, por contrato, estão encarregadas de fornecer as refeições aos presos e esses fornecedores não estão aguentando mais o calote do governo. Não recebendo, também, não podem pagar e, não pagando, os donos de armazéns, açougues etc., lhes estão negando novos créditos, ficando, assim, na impossibilidade total de cumprirem com o contrato que firmaram com o governo, sofrendo com isso não o bem alimentado Sr. Governador, mas os infelizes condenados da Justiça, sentenciados à prisão, não à pena de morte, que a Constituição acertadamente proíbe no País, mas que o Sr. Adhemar quer implantar em São Paulo. E que pena de morte! (Morte de fome!

Voltarei ao assunto na primeira oportunidade, com mais detalhes, especificando particularmente o que ocorre em Piracicaba. É de envergonhar!